

O Processo de Nacionalização do Brasil

*Jamilly da Cunha Nicácio
Estudante do curso de História
Departamento de Artes e Humanidades - UFV*

Resumo

Examinaremos o movimento de nacionalização do Brasil no século XX, logo após uma imigração em massa de diversos países, principalmente europeus. O Brasil passou a agir de forma a estabelecer um ideal nacional e impedir que as colônias estrangeiras se estabelecessem com o modelo de vida social e cultural trazidos de suas nações. A questão do imigrante e a campanha de nacionalização do Estado Novo, tema do trabalho de Giralda Seyferth, é o gerador de todas as problemáticas a serem tratadas neste texto.

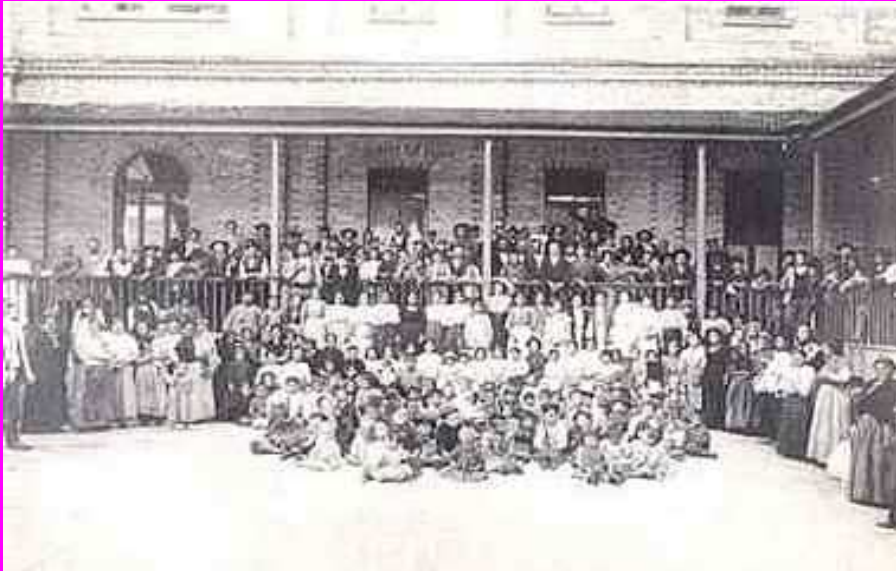
Palavras Chaves: Imigrante, Nação, Nacionalização, Estado-Novo

Giralda Seyferth¹ aponta a imigração como sendo a grande impulsionadora de toda a campanha de nacionalização. Atribui este fato, principalmente aos imigrantes alemães e japoneses, entre outros, que se instalaram no Brasil e constituíram comunidades próprias, fizeram uso de sua língua materna, instalaram escolas e assim enfatizaram sua cultura original, não assumindo um caráter de brasilidade.

A imigração foi um fator constante no país, desde a proibição do tráfico negreiro, levando a uma política de substituição do escravo pelo trabalhador livre. De acordo com Seyferth, até a década de 40, chegaram ao Brasil quase 5 milhões de imigrantes².

¹ SEYFERTH, Giralda. *Os Imigrantes e a Política de Nacionalização do Estado novo*. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999. p. 257-288. (www.cpdoc.fgv.br)

² *Ibidem*. p. 201.



Hospedaria dos Imigrantes, início do século XX (Fonte: <http://www.al.sp.gov.br/web/acervo/patronato.htm>)

Para entendermos o ideal de Nação e Nacionalismo como ideologia unificadora e como meio de criação para uma identidade nacional, buscarei em Hobsbawm³ a definição do termo nação:

“(...) as nações são, do meu ponto de vista, fenômenos duais, construídos essencialmente pelo alto, mas que, no entanto, não podem ser compreendidas sem ser analisadas de baixo, ou seja, em termos das suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns, as quais não são necessariamente nacionais e menos ainda nacionalistas.”

HOBSBAWN (1990, p. 20)

Ele considerava ainda que “não é possível reduzir nem mesmo a “nacionalidade” a uma dimensão única, seja política, cultural ou qualquer outra”⁴. Portanto, definir termos quanto falamos em “nação” é uma tarefa abrangente e delicada, pois, são

³ HOBSBAWN, Eric. *Nações e Nacionalismos desde 1780*. Programa, Mito e Realidade. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1990. p. 20.

⁴ *Ibidem*, p. 17

definições subjetivas e consideradas não de um ponto de vista único, mas dual. O termo nação pode, ainda, definir território, distinguir um povo por sua cultura e língua. Para Benedict Anderson⁵ ela seria imaginada:

“A nação é imaginada como limitada, porque até mesmo a maior delas, que abarca talvez um bilhão de seres humanos, possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais encontram-se outras nações.”

ANDERSON (1989, p. 15)

O termo nacionalismo pode ser compreendido, segundo Guellner⁶, como “um princípio político que defende que a unidade nacional e a unidade política devem corresponder uma à outra.”

Ainda segundo ele:

“O nacionalismo, enquanto sentimento ou enquanto movimento, deve ser entendido a partir deste princípio. O sentimento nacionalista é o estado de cólera causado pela violação desse princípio ou estado de cólera causado pela violação desse princípio ou o estado de satisfação causado pela violação desse princípio ou o estado de satisfação causado pela sua realização. Um movimento nacionalista é aquele que é incitado por um sentimento deste tipo. (...) Em suma, o nacionalismo é uma teoria da legitimidade política que exige que as fronteiras étnicas não atravessem as fronteiras políticas.”

GUELLNER (1993, p. 11)

Levando em conta ainda outros dois autores Bobbio⁷ e Guibernau⁸, vemos de acordo com o primeiro que:

“o termo nacionalismo designa a ideologia nacional, a ideologia de determinado grupo político, o Estado nacional que se sobrepõe às ideologias dos partidos, observando-as em perspectiva.”

BOBBIO (1995, p. 798)

O nacionalismo é abordado como uma “ideologia unificadora” onde a nação se fundamenta, “reflexo ideológico de se pertencer a um Estado em que a classe quer

⁵ ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Editora Ática, 1989. p. 15.

⁶ GUELLNER, Ernest. *Nações e Nacionalismo*. Lisboa: Editora Gradiva, 1993. p. 11

⁷ BOBBIO, Norberto, MATTENCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: UnB, 7ªed., v. 2. 1995, p. 798.

⁸ GIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos. O Estado Nacional e o Nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997, p. 36.

impor a todos os cidadãos a unidade de língua, de cultura e de tradições”. É para o Estado que a nação transfere as emoções do sentimento de pertencer a uma “comunidade natural”.

Guibernau enfatizava o nacionalismo como um “sentimento de pertencer” e também com a função da preservação da integridade e da cultura, e defendia que dentro da dimensão política, o Estado e a nação deveriam ser congruentes. Segundo ele, desde a Revolução Francesa o nacionalismo tem sido insuflado pelo Estado através das escolas. Ali devem ser exaltados o patriotismo e o sentimento nacional. O Estado facilitaria o nacionalismo como forma de incrementar os laços existentes entre os cidadãos, e para tanto tentaria inculcar uma cultura comum baseada em símbolos e valores. O Estado buscaria com isso traços comuns de identificação: a homogeneização.

Em *Nação e civilização nos Trópicos*, Manoel Luis Salgado Guimarães afirma que ao definirmos o conceito de nação, excluímos índios e negros. “O conceito de nação operado é iminentemente restrito aos brancos”⁹

A idealização de uma identidade nacional veio à tona com a Independência, na perspectiva romântica do Indianismo. Assim, o contexto no qual essa questão emergiu seria o de uma complexidade evidente: de um país de formação colonial cuja difícil tarefa seria construir um estado nacional a partir desse legado de três séculos de colonização cuja ferida maior foi a escravidão.

“Triste é, sem dúvida, a recordação dessa época, em que o Brasileiro, como lançado em terra estrangeira, duvidoso em seu próprio país, vagava, sem que dizer pudesse: “isto é meu, neste lugar nasci”. Envergonhava-se de ser Brasileiro e, muitas vezes, com o nome de Português se acobertava para ao menos aparecer como um ente da espécie humana e poder alcançar um emprego no seu país. Destarte, circunscrito em tão curto estádio, estranho à nacionalidade e sem o incentivo da glória, ia este povo vegetando oculto e arredado da civilização.”¹⁰

MAGALHÃES

⁹ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos*: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 1, 1988, p.7.

¹⁰ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Discurso sobre a História da Literatura do Brasil. Manifesto publicado na *Revista Nictheroy* em 1836. [on-line] Disponível na internet via: <http://www.unicamp.br/iel/memoria/EnciclopediaLiteraria/Literatura%20Brasileira%20II/Gon%20E7alves%20de%20Magalh%20es/Obras/Discurso%20sobre%20a%20Hist%20ria%20da%20Literatura%20do%20Brasil.rtf>. Acessado em 10/07/07. p.4

A educação escolar passou então a ser valorizada como local privilegiado para a formação técnica necessária ao desenvolvimento tecnológico, e conseqüentemente econômico, ao mesmo tempo em que formaria os valores morais necessários à construção da nova ordem política e econômica a ser implantada no país. Tratava-se de formar indivíduos tanto com potencialidade para estimular o desenvolvimento material quanto para desenvolver uma maturidade intelectual racional que os tornasse aptos a constituir, na sociedade civil, o corpo político do Estado Nacional. Ao mesmo tempo, impunha-se desenvolver entre a população a idéia de que a justiça seria uma decorrência das atitudes cooperativas praticadas pelos seus membros. Nos 20 anos que antecederam à instituição da República, a questão da obrigatoriedade da freqüência escolar foi constantemente reafirmada, pelas elites intelectuais e políticas ligadas à cafeicultura.

Durante o Estado-Novo, houve grande preocupação com a educação que serviria principalmente para “catequizar” quanto à nacionalização. Abaixo vemos como o governo preocupou-se com este tema, entre os anos de 1937 a 1945 grandes investimentos foram percebidos na educação.

ANO	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	HISTÓRIA DO BRASIL	HISTÓRIA GERAL DA EDUCAÇÃO
1937	<ul style="list-style-type: none"> · A nova Constituição enfatiza o ensino pré-vocacional e profissional. Retira de seu texto que "<i>a educação é direito de todos</i>". · É criado o Instituto Nacional do Cinema Educativo e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. · Fernando de Azevedo publica "<i>A Educação Pública no Estado de São Paulo</i>", baseado no inquérito dirigido por ele no ano de 1926. 	<ul style="list-style-type: none"> · Entra em vigor a Constituição redigida por Francisco Campos, extinguindo os partidos políticos e dando ao Presidente controle sobre o Legislativo e o Judiciário. Estava instituído o Estado Novo. 	<ul style="list-style-type: none"> · É editada a obra "<i>A construção do real na criança</i>", de Jean Piaget.
1938	<ul style="list-style-type: none"> · É criada a União Nacional dos 	<ul style="list-style-type: none"> · Liderados por Plínio Salgado os 	

	<p>Estudantes - UNE. · É criado o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - INEP.</p>	<p>integralistas tentam matar o Presidente Getúlio Vargas, tomando de assalto o Palácio Guanabara. A guarda do Palácio, juntamente com o Presidente e sua família reagiram, frustrando a Revolta Integralista. · Lampião e Maria Bonita são mortos em Anjicos, no estado de Sergipe.</p>	
1939	<p>· É criado o Serviço Nacional de Radiodifusão Educativa. · É extinta a Universidade do Distrito Federal e incorporada à Universidade do Brasil.</p>	<p>· O Presidente Getúlio Vargas declara a neutralidade do país com relação à II Guerra Mundial.</p>	<p>· Jean Piaget começa a lecionar Sociologia na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Genebra.</p>
1940	<p>· É criado o Departamento Nacional da Criança, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde.</p>		<p>· Morre o psicólogo e educador Edouard Claparède. · Em função da II Guerra é preso na França o educador francês Célestin Freinet e na Índia, onde se encontrava trabalhando, é presa a educadora italiana Maria Montessori, juntamente com seu filho Mario. · Com a morte de Claparède, Jean Piaget assume a cadeira de Psicologia Experimental da Universidade de Genebra.</p>
1941	<p>· É criado o Serviço de Assistência a Menores - SAM, vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para atender as crianças desassistidas.</p>	<p>· Os Estados Unidos comprometem-se a financiar a Companhia Siderúrgica Nacional em troca de instalações de bases militares norte-americanas em Natal, Belém e Recife. · É criada a Força Aérea Brasileira -</p>	<p>· São editadas as obras "<i>A gênese do número na criança</i>", com a colaboração de Alina Szeminska, e "<i>O desenvolvimento das quantidades físicas</i>", de Jean Piaget, entre outras.</p>

		FAB. · É criado o Conselho Nacional do Petróleo.	
1942	· É decretada a reforma do ensino relativa ao ensino secundário, conhecida como Reforma Capanema: · O Decreto-lei 4.048 , de 22 de janeiro, cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI. · O Decreto-lei 4.073 , de 30 de janeiro, regulamenta o ensino industrial. · O Decreto-lei 4.244 , de 9 de abril, regulamenta o ensino secundário. · O Decreto-lei 4.481 , de 16 de julho, dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos industriais empregarem um total de 8% correspondente ao número de operários e matriculá-los nas escolas do SENAI. · O Decreto-lei 4.436 , de 7 de novembro, amplia o âmbito do SENAI , atingindo também o setor de transportes, das comunicações e da pesca. · O Decreto-lei 4.984 , de 21 de novembro, compele que as empresas oficiais com mais de cem empregados a manter, por conta própria, uma escola de aprendizagem destinada à formação profissional de seus aprendizes.	· O Brasil declara Guerra à Alemanha e seus aliados, após o torpedeamento de navios brasileiros em nossas costas.	· É editada a obra " <i>Classe, relações e números</i> ", de Jean Piaget.
1943	· Ainda no espírito da	· É criado o Território	

	<p>Reforma Capanema é baixado o Decreto-lei 6.141, de 28 de dezembro, regulamentando o ensino comercial.</p> <ul style="list-style-type: none"> · É criado em Recife, por Felipe Tiago Gomes, a Campanha do Ginásio Pobre - CGP, núcleo inicial da futura Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC. · A Consolidação das Leis do Trabalho exige que sejam implantadas creches nas empresas para filhos de funcionários. · É fundada a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. 	<p>do Amapá.</p> <ul style="list-style-type: none"> · Passa a vigorar a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. 	
1944	<ul style="list-style-type: none"> · Começa a ser publicada a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, órgão de divulgação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - INEP. 	<ul style="list-style-type: none"> · São criados os Territórios de Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã, Iguaçu e Fernando de Noronha. · O Brasil envia para a Itália a VForça Expedicionária Brasileira - FEB. 	

1945	<ul style="list-style-type: none">· É criado o Instituto Rio Branco com o objetivo de recrutar e educar pessoal para a carreira diplomática.· O biólogo suíço Jean Piaget visita o Brasil como "<i>pedagogo</i>" (o que ele nunca foi) a convite da UNESCO.· A Campanha do Ginásiano Pobre passa a se chamar Campanha de Ginásios Populares.· É Ministro da Educação e Saúde Pública, no Governo José Linhares: Raul Leitão da Cunha.	<ul style="list-style-type: none">· Tem início o funcionamento da Companhia Siderúrgica Nacional.· O Partido Comunista Brasileiro - PCB é legalizado.· O Presidente Getúlio Vargas é deposto por um movimento militar, vindo a assumir a Presidência da República em caráter interino, o ministro do Supremo Tribunal José Linhares.· O marechal Eurico Gaspar Dutra é eleito o novo Presidente da República, pelo Partido Social Democrático - PSD, concorrendo contra o brigadeiro Eduardo Gomes, da União Democrática Nacional-UDN e contra Iedo Fiúza do Partido Comunista Brasileiro-PCB.· O bispo D. Carlos Duarte Costa funda a Igreja Católica Apostólica Brasileira, tornando-se Bispo do Rio de Janeiro, após ter sido excomungado pelo Vaticano por suas posições contrárias assumidas em relação à Igreja Católica.	
-------------	--	--	--

Cronologia. <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb08.htm>

Tratava-se de preparar o caráter nacional brasileiro, por meio de uma formação ética que estabelecesse uma identidade nacional, através de um sentimento de pertencimento, no sentido histórico e sociológico do termo. A realização dessa tarefa implicaria a construção de elementos de transcendência que estabelecessem uma identidade coletiva e, através dela, a coesão da população, pela aceitação de parâmetros

de comportamentos necessários ao desenvolvimento e ao progresso nacional, dentro da ordem liberal de organização da sociedade.

Atribuir-se-ia à escola, pela educação, a construção de um sentimento patriótico que negasse qualquer possibilidade de distúrbios que perturbassem o equilíbrio (a ordem) necessário à construção da nação e à consolidação do progresso. Esse caráter da formação escolar, ao mesmo tempo em que era concebido como viés através do qual se pensaria o padrão de comportamento da população de forma geral, constituiria o próprio universo simbólico, no qual transitariam as elites que o haviam formulado.

De acordo com Seyferth, durante o Estado Novo foram tomadas as primeiras medidas legais de natureza nacionalizadora:

“foram tomadas durante a Primeira Guerra Mundial, atingindo as escolas primárias com ensino em alemão. Decretos estaduais mudaram os currículos para incluir disciplinas de língua portuguesa, educação cívica, história e geografia do Brasil, e obrigaram a adoção de livros didáticos de autores brasileiros.”¹¹

SEYFERTH (1999, p. 219)

Voltando um pouco na História, veremos que muito antes, um importante órgão fora criado com a tarefa de garantir elementos de uma identidade capaz de representar a nação brasileira. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) tinha como objetivo a produção de estudos sistemáticos de aspectos variados da realidade nacional e congregou as principais figuras da intelectualidade brasileira da época, tornou-se um centro de estudos e de pesquisas, proporcionando ao Imperador levar adiante seu projeto de desenvolver uma política cultural para o país com um nítido "caráter brasileiro". Desde a sua fundação coletava e arquivava os documentos de interesse para a História e Geografia do Brasil, com a intenção de divulgar os conhecimentos destes dois ramos científicos através do ensino público.

“Será em torno da temática indígena que, no interior do IHGB, e também fora dele, travar-se-á um acirrado debate em que literatura e história, argumentarão sobre a viabilidade da nacionalidade brasileira estar representada pelo indígena.”¹²

GUIMARÃES (1988, p. 11)

¹¹ SEYFERTH. *Op. Cit.* p. 219.

¹² GUIMARÃES. *Op. Cit.* p. 11.

Seguindo este raciocínio, podemos associar o movimento de nacionalização aos movimentos literários do início do século XX onde um grupo de pessoas intelectualizadas e principalmente ligadas à cultura voltou seus interesses à nacionalidade e passaram a relativizar e até renegar os padrões de cultura europeus seguidos.

“Buscou-se na diversidade étnica e cultural elementos brasileiros para reforçar o sentimento de brasilidade, marcados na década de 1920, pela Semana de Arte moderna.”¹³

ZAGO

Podemos argumentar acerca deste conceito, com base no texto de Eduardo Jardim de Moraes¹⁴, onde o Brasil e seus representantes modernistas defendiam que o Brasil ocupasse dentro deste movimento lugar de destaque, não agindo apenas como mero participante ou como representante de um modernismo importado, mas valorizando as “raízes do Brasil”, seu sertão, sua gente, sua cultura.

“A partir de 1924, sem que seja, é claro, colocada em questão a ordem mundial, ou, o que é a mesma coisa, sem abrir mão de seu ideal universalista, o modernismo brasileiro, vivendo um momento que se poderia dizer de crise de participação, passa a se interessar pelos problemas que dizem respeito à sua identidade e à determinação da entidade nacional. É, portanto, como exigência do comparecimento na ordem universal que se instaura no modernismo a questão da brasilidade. A questão da brasilidade surge dentro do movimento no interior de um quadro de preocupações relativo à caracterização do papel que o Brasil deve ocupar no cenário internacional. Ela só pode então ser compreendida no espaço de uma relação que tem como elementos a ordem mundial, por um lado, em uma posição legisladora, e por outro lado o Brasil postulando o seu lugar.”¹⁵

MORAES

A busca do que é próprio da nação brasileira, daquilo que a singulariza e a distingue no concerto internacional é o traço mais característico do modernismo. Os "retratos-do-brasil" vão procurar, em sua dimensão positiva, ressaltar estes aspectos

¹³ ZAGO, Denise. *Nacionalismo e Nacionalização no Brasil*. [on line]. Disponível na internet via: <http://www.semina.clio.pro.br/4-1-2006/Denise%20Zago.pdf>. Acessado em 10/07/07. p. 4.

¹⁴ MORAES, Eduardo Jardim de. *Modernismo Revisitado. Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1(2): 220-238, 1988. (www.cpdoc.fgv.br).

¹⁵ *Ibidem*. p.10

específicos, singulares a própria brasilidade. Traços distintivos na nacionalidade, por um lado, na medida em que nos destacam no conjunto das nações que participam do concerto internacional, os elementos que constituem a brasilidade são por outro lado o que possibilita referir-se à nação brasileira como uma realidade una e indivisa.

No entanto, é no período Vargas que a construção da identidade nacional atinge características marcantes. O estímulo ao patriotismo, o uso de símbolos nacionais e a comemoração das datas nacionais também são pontos destacados na legislação federal, a questão educacional extrapola os limites da escola para chegar à população adulta através de solenidades públicas de exaltação aos símbolos e heróis nacionais.

Seyferth aponta ainda o Exército como órgão repressor das manifestações de etnicidade:

“na imposição do civismo e no controle do uso das línguas estrangeiras, principalmente na região Sul. Sendo particularmente duro com a população teuto-brasileira, considerada a mais avessa à assimilação e influenciada pela propaganda nazista.”¹⁶

SEYFERTH (1999, p. 221)

Durante a Primeira Guerra, imigrantes viraram inimigos nacionais e passaram a ser vigiados e perseguidos. Os imigrantes japoneses estavam proibidos de escutar noticiários de rádio vindos de seu país e muitos aparelhos foram confiscados. Jornais escritos em japonês estavam proibidos de circular. A população ficou sem fontes de informação. Os imigrantes alemães também foram muito perseguidos nesse período, mudar de casa, viajar, tudo dependia de autorização prévia, até mesmo tirar fotos estava proibido. Estas informações estão disponíveis na *Revista de Sociologia*¹⁷, o artigo é de Patrícia Pereira.

O movimento de nacionalização caracteriza o nacionalismo brasileiro como um fenômeno historicamente construído e fez uso de instrumentos para elaborar o mito da nacionalidade, principalmente a partir de 1937, com a nova Constituição que teve um caráter nacionalista e autoritário.

O DNP (Departamento Nacional de Propaganda) e o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) foram criados com o objetivo de divulgar as ações do governo

¹⁶ SEYFERTH. *Op. Cit.* p. 221.

¹⁷ PEREIRA, Patrícia. *Ecos da Guerra*. Revista de Sociologia. s.n.t. p. 20

Vargas e reprimir as divulgações contrárias à imagem do novo regime. A criação da disciplina de História do Brasil com o objetivo de criar um passado comum e despertar o orgulho nacional e, a nacionalização da educação, principalmente nas colônias de imigrantes do sul do Brasil, tinham essência nacionalista, mas estavam muito mais voltadas para questões de segurança nacional.

Embora a nacionalização tenha sido enfatizada durante o Estado Novo, ela foi sendo gradativamente construída ao longo do século XX. Os núcleos imigrantes no sul do Brasil, talvez tenham sido os que mais sentiram os efeitos da campanha de nacionalização e também foram os que apresentaram maior resistência, que se manifestaram pela manutenção da língua materna, mesmo com a nacionalização do ensino, com a preservação dos nomes em alemão e na manutenção das atividades esportivas e culturais.

Referência Bibliográfica:

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

BOBBIO, Norberto, MATTENCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: UnB, 7ª ed., v. 2. 1995.

GIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos. O Estado Nacional e o Nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

GUELLNER, Ernest. *Nações e Nacionalismo*. Lisboa: Editora Gradiva, 1993.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº. 1, 1988, p. 5-27.

História da educação no Brasil, período do Estado Novo 1937-1945. Disponível on-line via: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb08.htm>. Consultado em 29/12/2007.

HOBBSAWM, Eric. *Nações e Nacionalismos desde 1780*. Programa, Mito e Realidade. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1190.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Discurso sobre a História da Literatura do Brasil. Manifesto publicado na *Revista Nictheroy* em 1836. [on-line] Disponível na internet via:

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Discurso sobre a História da Literatura do Brasil. Manifesto publicado na *Revista Nictheroy* em 1836. [on-line] Disponível na internet via:

<http://www.unicamp.br/iel/memoria/EnciclopediaLiteraria/Literatura%20Brasileira%20II/Gon%20de%20Magalh%20es/Obras/Discurso%20sobre%20a%20Hist%20ria%20da%20Literatura%20do%20Brasil.rtf>. Acessado em 10/07/07.

MORAES, Eduardo Jardim de. Modernismo Revisitado. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1(2): 220-238, 1988. (www.cpdoc.fgv.br)

PEREIRA, Patrícia. Ecos da Guerra. *Revista de sociologia*. s.n.t. p.14-21.

SEYFERTH, Giralda. Os Imigrantes e a Política de Nacionalização do Estado novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999. p. 257-288. (www.cpdoc.fgv.br)

ZAGO, Denise. *Nacionalismo e Nacionalização no Brasil*. [on line]. Disponível na internet via: <http://www.semina.clio.pro.br/4-1-2006/Denise%20Zago.pdf>. Acessado em 10/07/2007.